

## CRÉDITO NÃO INSTITUCIONAL EM UMA ECONOMIA CAFEEIRA: CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Rita de Cássia da Silva Almico\*

O artigo que ora apresentamos aparece como uma espécie de introdução ao trabalho de doutoramento que começamos a desenvolver. O nosso objeto de análise nesse texto é o crédito não institucional praticado pelos “homens livres”<sup>1</sup> e não por bancos, casas bancárias ou comissários, na cidade de Juiz de Fora na segunda metade do século XIX. Tal objeto, pouco estudado pela historiografia econômica e social, seja brasileira, seja internacional, revela-se importante, visto ser uma forma de entender o dinamismo dessa sociedade oitocentista.

Por se tratar de uma pesquisa que apenas se inicia, pretendemos estabelecer por ora uma discussão baseada na bibliografia que trata o tema de forma direta e também discussões afins, e, ainda, uma primeira análise das hipotecas<sup>2</sup> referentes ao período em estudo, de acordo com metodologia explicitada adiante. Em tais hipotecas, procuraremos analisar as categorias sociais de devedores e credores, a quantidade de vezes que um mesmo indivíduo emprestou ou tomou empréstimos, as principais garantias exigidas para obtenção/concessão do crédito, os prazos oferecidos e incidência de juros, para iniciar uma caracterização desse crédito que é nosso objeto de pesquisa.

Para nosso intento, é essencial nos determos um pouco na apresentação da cidade que é nosso espaço privilegiado. A região da Zona da Mata mineira não teve participação significativa na economia de Minas Gerais durante o século XVIII. Nesse período era zona de passagem de homens e mercadorias que transitavam entre o Rio de Janeiro e as minas pelo Caminho Novo.<sup>3</sup>

---

\* Mestre em História Econômica pelo IE/UNICAMP. Prof<sup>ª</sup>. do Instituto Vianna Jr. Doutoranda em História na Universidade Federal Fluminense

<sup>1</sup> Hebe Castro ampliou o conceito de “homens livres” proposto por Maria Alice de Carvalho Franco ao mostrar gradações que iam desde o camponês até “os pequenos ‘grandes’ lavradores de Capivary”. Tais homens eram trabalhadores, também produtores capazes de se reproduzirem social e economicamente. Neste projeto, ousamos ampliar tal conceito para comerciantes, negociantes, profissionais liberais, etc de pequeno porte, membros de uma sociedade agroexportadora de grande porte e que não estavam necessariamente ligados à cafeicultura. Cf: CASTRO, Hebe Maria M. de. **Ao sul da História**. São Paulo: Brasiliense, 1987; e, FRANCO, Maria A. de Carvalho. **Homens livres na ordem escravocrata**. São Paulo: Ática, 1974.

<sup>2</sup> Hipoteca trata-se da vinculação de um bem dado em garantia pelo tomador de um empréstimo, sem, no entanto, haver transferência de sua posse ao credor. Colocação de bens imóveis e móveis como garantia de pagamento de uma dívida. O devedor detém a propriedade e a posse do imóvel, que poderá ser tomado pelo credor por meio de execução judicial ou execução extrajudicial. Cf.: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L0556-1850.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L0556-1850.htm).

<sup>3</sup> Ver principalmente: COSTA, J. R. **Toponímia de Minas Gerais**. Imprensa Oficial do Estado, Belo Horizonte, 1979; a descrição do Caminho Novo encontra-se em ANTONIL. André João. **Cultura e Opulência do Brasil, por suas drogas e minas**. Edição fac-símile. Lisboa: Officina Real Deslandesiana, 1711 (cap. 12); e

Ao longo do traçado desse caminho surgiram ranchos e pousos, que invariavelmente eram acompanhados por roças de produção agrícola e de criação de animais, denotando uma atividade que visava abastecer o tráfego das tropas que por ali passavam.<sup>4</sup> Juiz de Fora surgiu como um desses ranchos ou pousos.

Em 1839 a localidade contava com numerosa população, passando a chamar-se Vila de Santo Antônio do Paraybuna. Em 31 de maio de 1850, de acordo com a lei provincial n.º 472, o arraial foi elevado à categoria de vila, compreendendo a paróquia de Juiz de Fora e a de Chapéu D'uvas.<sup>5</sup> Por volta de 1830/40, essa região será beneficiada pela entrada do café que derrubou a Mata Atlântica, impulsionando o crescimento dessa região. A tabela 1 é relevante para demonstrar o crescimento do número de habitantes de Juiz de Fora nesse momento. Segundo Antonio Henrique Lacerda, a população livre apresentou um crescimento três vezes maior do que a população escrava para os censos de 1853/54 e 1872 (respectivamente 375,38% e 78,16%). O crescimento anual médio da população livre do período (1853/72) foi de 19,76%, com a população total passando de 16.545 para 37.886 no espaço de 19 anos.<sup>6</sup> É preciso levar em conta que essa população, apesar de ser consideravelmente rural, tinha relações com o centro urbano do distrito sede (Juiz de Fora), o que facilitava sobremaneira a circulação da informação.

---

VALVERDE, Orlando . “O estudo regional da Zona da Mata de Minas Gerais”. In: **Revista brasileira de Geografia**, RJ, 20(1) 3-82 jan/mar, 1958, p.22.

<sup>4</sup> ESTEVES, A . **Álbum do município de Juiz de Fora**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1915. p. 16.

<sup>5</sup> ESTEVES, Albino. op cit. p. 51.

<sup>6</sup> LACERDA, Antônio Henrique D. **Os Padrões das Alforrias em Juiz de Fora, um município cafeeiro em expansão (Zona da Mata de Minas Gerais, 1848-88)**. Dissertação de Mestrado. UFF, Niterói. 2002 p. 49.

**Tabela 1: Crescimento Populacional do Município de Juiz de Fora, 1853-1872**

Freguesias	1853		1872		Crescimento por categoria		Crescimento % médio população		Média de crescimento geral	Por ano (19 anos)
	Livres (A)	Escravos (B)	Livres (C)	Escravos (D)	% (A)/(C)	% (B)/(D)	livres	escravos		
Freg. Sto. Ant. do JF	2441	4025	11604	7171	375,38%	78,16%	19,76%	4,11%	190,36%	10,02%
Nossa Senhora do Chapéu d'Úvas	1448	1005	4381	1584	202,56%	57,61%	10,66%	3,03%	143,17%	7,53%
São José do Rio Preto S. Fco. De Paula do Monte Verde	3539	4087	7533	5613	112,86%	37,34%	5,94%	1,96%	72,38%	3,81%
Simão Pereira	1605	3920	...	4773						
Lista de Matrícula de 1872-73 (1)				19141						
Total geral da pop. escrava		13037		19141		46,82%		2,46%		
Total geral da pop. Livre das 3 primeiras freguesias	7428	9117	23518	14368	216,61%	57,6%	11,4%	3,03%	129%	6,79%

Fonte: LACERDA, Antônio Henrique Duarte. **Os Padrões das Alforrias em Juiz de Fora, um município cafeeiro em expansão (Zona da Mata de Minas Gerais, 1848-88)**. Dissertação de Mestrado. UFF, Niterói. 2002. p. 48.

Ainda com relação à tabela 1, em 1872, ano do segundo censo, a população de Juiz de Fora contava com 37.886 almas. Isso representaria um percentual de 10,25% da população de Minas Gerais. Os escravos de Juiz de Fora teriam um percentual de 3,8% em relação ao total geral da população mineira e 15,10% em relação ao total de escravos na província.<sup>7</sup> Os livres, somando 23.518 em Juiz de Fora, representavam 8,6% de mineiros livres e 6,41% relativamente ao total da população mineira (livres e escravos) moradora em Juiz de Fora.<sup>8</sup> Outro censo realizado em 1890 (Tabela 2) serve de parâmetro para apontar o crescimento da população local. No espaço de 18 anos, o crescimento populacional de Juiz de Fora atingiu 45%, relacionado com o crescimento da economia local pautada principalmente na agroexportação cafeeira.<sup>9</sup> Esta economia, por sua vez, conseguiu atrair investimentos e pessoas para a cidade, e

<sup>7</sup> Existe uma discussão recente estabelecida por Elione Guimarães acerca da validade dos censos quanto ao número de escravos. Analisando as Listas de Matrículas de Escravos e os Relatórios de Presidentes de Província de Minas Gerais, a autora deparou-se com uma população escrava de 19.351 homens escravizados em Juiz de Fora, no ano de 1873. Para maiores informações ver: GUIMARÃES, Elione Silva. **Múltiplos viveres de afrodescendentes na escravidão e no pós-emancipação (Juiz de Fora - Minas Gerais)**. Tese de Doutorado. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2004, p. 40.

<sup>8</sup> ANDRADE, R. "Escravidão e cafeicultura em Minas Gerais: o caso da Zona da Mata" In: **Revista Brasileira de História**. SP. Vol. 11, número 22, mai/ago, 1991.

<sup>9</sup> ALMICO, Rita de Cássia da Silva; LAMAS, Fernando Gaudereto; e, SARAIVA, Luiz Fernando. *Zona da Mata mineira: subsídios para uma historiografia*. In: **Anais do V Congresso Brasileiro de História Econômica e 6ª Conferência Internacional de História de Empresas**. Caxambu, 2003.

como veremos mais adiante, possibilitou o crescimento do comércio, da indústria, dos serviços e do lazer.

**Tabela 2: Comparação entre os censos de 1872 e 1890**

ANOS DO CENSO	TOTAIS	ÍNDICE
1872	37.886	100
1890	55.185	145,66

Fonte: ALMICO, Rita de Cássia da Silva. **Fortunas em Movimento: um estudo das transformações na riqueza pessoal – Juiz de Fora (1870-1914)**. Dissertação de Mestrado. Campinas, UNICAMP, 2001. p. 49.

Juiz de Fora localiza-se na Zona da Mata mineira, região essa situada no sudeste do estado de Minas Gerais. A Mata teve uma produção cafeeira crescente durante todo o período em estudo, sendo a região mais rica da província até o início do século XX, devido principalmente ao café – Tabela 3.<sup>10</sup> Perfazendo apenas 5% do território do estado, a Zona da Mata beneficiou-se não apenas de sua adequação à produção do café, como também de sua localização estratégica, pois encontrava-se próxima do principal centro comercial exportador do país durante o século XIX, a cidade do Rio de Janeiro.<sup>11</sup> Em muitas estatísticas das exportações de café pelo porto do Rio de Janeiro, principalmente nas décadas de 1880 e 1890, a produção da zona da Mata era somada à produção fluminense em declínio – Tabela 3, o que permitiu compreender por que, somente em 1893, a produção exportada pelo porto de Santos suplantou a do porto do Rio de Janeiro.<sup>12</sup>

**Tabela 3: Produção Exportável de Café das Principais Regiões Produtoras (1.000 sacas)**

Média anual	São Paulo		Rio de Janeiro		Minas Gerais		Espírito Santo		Soma	
	Volume	%	volume	%	Volume	%	Volume	%	Volume	%
1876/80	925	24,3	1.987	52,2	767	20,2	124	3,3	3.803	100
1881/90	2.138	37,1	2.176	37,8	1.200	20,8	250	4,3	5.764	100
1891/1900	4.775	60,5	911	11,5	1.787	22,7	416	5,3	7.889	100
1901/10	9.252	68,0	995	7,3	2.772	20,4	579	4,3	13.598	100
1911/20	9.303	70,2	812	6,1	2.446	18,4	700	5,3	13.264	100
1921/30	11.131	66,5	945	5,6	3.445	20,0	1.210	7,2	16.731	100

<sup>10</sup>GIROLETTI, D. **A Modernização capitalista em Minas Gerais**. Museu Nacional, UFRJ, Tese de doutoramento. 1987, p. 66.

<sup>11</sup> LANA, Ana L. **A Transformação do trabalho: a passagem para o trabalho livre na Zona da Mata de Minas Gerais 1870/1920**. Campinas: UNICAMP, Dissertação de Mestrado, 1985, p. 30.

<sup>12</sup> SAES, Flávio de A.M. de (et ali). **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Atlas, 1997.

Fonte: PIRES, Anderson J.. **Capital agrário, investimentos e crise na cafeicultura de Juiz de Fora 1870/1930**. Dissertação de Mestrado, UFF, 1993. p. 90.

No tocante à produção cafeeira em MG, em meados do XIX, a Mata era responsável por 99% da produção. Principal região cafeeira do estado de Minas Gerais até 1920, com uma produção de 81.000 arrobas em 1829/1830, terá um crescimento de produção para aproximadamente 2,5 milhões de arrobas em 1870/71. Em 1890, 75% da receita de todo o estado advinha de suas taxas pela produção cafeeira. Entre 1870 e 1930, o café vai participar em cerca de 60% do total do valor das exportações de Minas Gerais. A Mata e o Sul, maiores produtores de café da província desde o final do século XIX, serão responsáveis por 86% do total da produção de Minas, restando somente 14% para as demais áreas mineiras. Somente no início do século XX a produção da Mata sofreu uma queda, muito embora continuasse tendo a maior produção de café, indo de 60% a 70% do total do estado.<sup>13</sup>

Estudando a “metamorfose da riqueza” em Juiz de Fora na segunda metade do século XIX,<sup>14</sup> constatamos como a acumulação de capital a partir do café induziu um desenvolvimento industrial e comercial na região.<sup>15</sup>

Segundo Domingos Giroletti, vários fatores possibilitaram a cidade de Juiz de Fora se tornar o centro sócio-econômico e político da Mata. Em 1861, para facilitar o escoamento da produção cafeeira para o porto do Rio de Janeiro é inaugurada a rodovia União-Indústria, que irá consolidar e expandir a economia exportadora. Além da União-Indústria, as ferrovias desempenharam importante papel para integrar a Zona da Mata com o Rio de Janeiro, espaço principal de comercialização da lavoura cafeeira.<sup>16</sup> Duas serão as ferrovias importantes para o desenvolvimento da região nesse período: a ferrovia D. Pedro II e a Estrada de Ferro Leopoldina. A primeira chega a Juiz de Fora em 1875, passando por Matias Barbosa. Tinha o objetivo de ligar o Rio de Janeiro com Minas e, também, com São Paulo, através de Cachoeira. Essa será a

---

<sup>13</sup> GIROLETTI, D. op. cit p. 69; e, do mesmo autor, **A industrialização de Juiz de Fora (1858/1930)**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 10(3):144-202, maio, 1980. p.151.

<sup>14</sup> ALMICO, Rita de Cássia da Silva. **Fortunas em movimento: um estudo sobre as transformações ocorridas na riqueza pessoal em Juiz de Fora 1870/1914**. Dissertação de Mestrado. UNICAMP, 2001.

<sup>15</sup> A respeito do efeito indutor do café sobre a industrialização brasileira cf. SUZIGAN, Wilson. **Indústria brasileira: origens e desenvolvimento**. São Paulo: Brasiliense, 1986. e, sobre a região ver PIRES, Anderson José. **Café, finanças e bancos: uma análise do sistema financeiro da zona da Mata de Minas Gerais – 1889/1930**. Tese de Doutorado. USP, São Paulo. 2004.

<sup>16</sup> GIROLETTI, Domingos. **A industrialização ...** op cit. p. 68.

<sup>17</sup> Idem, *ibidem*. p.35.

<sup>18</sup> Idem, *ibidem*. p. 76.

primeira ferrovia a atingir o solo mineiro. A segunda, principal via férrea da Zona da Mata, atravessando a região no sentido norte-sudeste, foi a fusão de antigas ferrovias mineiras e fluminenses, resultando na Estrada de Ferro Leopoldina, que ligará toda a região efetivamente.<sup>17</sup>

A década de 1870 foi bastante expressiva na transformação urbana do município. Em 1870 existiam 153 estabelecimentos comerciais e de serviços, que sobem para 231 em 1877, apresentando um crescimento de 151%. Dos 34 estabelecimentos industriais passou-se para 80 no mesmo período, crescimento de 235,29%. No setor de serviços, 48 profissionais se encontravam estabelecidos na cidade com as mais diversas funções.

Em 21 de agosto de 1889 realizou-se a primeira experiência com luz elétrica na cidade.<sup>18</sup> Juiz de Fora, então, cumpria seu papel de principal cidade da região e centro sócio-econômico.

O crescimento da economia exportadora de Juiz de Fora aproximou a mesma com o centro financeiro da cidade do Rio de Janeiro, permitindo compreender como ocorreu o funcionamento das unidades cafeeiras. Embora alguns historiadores, como Mônica Ribeiro de Oliveira,<sup>19</sup> enfatizem a origem do financiamento da atividade produtiva principal como oriunda da decadente região mineradora, independente do Rio de Janeiro, não se pode negar a participação das casas comissárias da Corte no início da montagem da produção cafeeira da Mata. Consoante com Joseph Sweigart, o comissário de café servia de agente comercial, uma espécie de intermediário entre o fazendeiro e o exportador.<sup>20</sup> Depois, a atividade financeira ficou a cargo desse comissário, tanto para o movimento de giro e reprodução simples com empréstimos em curto prazo, quanto para a reprodução ampliada (principalmente para pés de café e escravos), que tinham um prazo maior para a quitação. A origem desse tipo de financiamento era comercial, fruto da acumulação do capital comercial ou do capital portador de juros.<sup>21</sup>

---

<sup>19</sup> OLIVEIRA, Mônica Ribeiro. **Negócios de Famílias: mercado, terra e poder na formação da cafeicultura mineira – 1780/1870**. Tese de doutoramento, UFF, 1999.

<sup>20</sup> SWEIGART, Joseph E. **Coffe Factorage and the emergence of a Brazilian Capital Market, 1850/1888**. New York, London: Garland Publishing, 1987. Outro trabalho importante que trata dos comissários é o de FERREIRA, Marieta de M. **A crise dos comissários de café do Rio de Janeiro**. Dissertação de Mestrado. UFF, Niterói, 1977.

<sup>21</sup> MARX, Karl. **O capital**. Crítica da Economia Política. Vol III, Livro terceiro, Tomo II. 2ª ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

Com o desenvolvimento paulatino de um sistema financeiro, as fontes de crédito para a grande lavoura e/ou indústria, que antes centravam-se principalmente no comissário, passaram a contar também com a participação dos bancos através do crédito bancário.<sup>22</sup> Tal movimento fez com que os comissários fossem desaparecendo aos poucos do cenário de crédito da cidade. A fundação do Banco Territorial e Mercantil de Minas em 1887 serve como exemplo inicial, apesar de essa instituição ter sua falência decretada em 1892<sup>23</sup> e ocorrer o deslocamento desse crédito para o Banco de Crédito Real de Minas Gerais, criado em 1889, que passa a ser a referência mais significativa no processo de evolução financeira da região. É importante notar que, durante o período de 1889-92, dois bancos existiram com suas sedes localizadas na cidade de Juiz de Fora.

Esses empreendimentos acima citados demonstram que a cidade teve capacidade de reter capital e de financiar sua reprodução com capital próprio, mesmo de forma modesta, seja através de bancos ou de empréstimos de cunho pessoal, denotando que não havia falta de liquidez na cidade de Juiz de Fora. Segundo Anderson Pires, poderíamos notar os *efeitos de encadeamento financeiro*, não somente bancários, mas também com agentes individuais do crédito, pois

*na medida em que também se constitui no elemento determinante da formação e distribuição da renda destas economias, condiciona não só a própria possibilidade de existência de recursos disponíveis para empréstimos, como também o seu volume e propensão de sua transferência para outros setores do sistema, o que delimitaria, em suas linhas gerais, também a estrutura de oferta de recursos financeiros.*<sup>24</sup>

Os estudos sobre crédito no Brasil têm se pautado, principalmente, sobre o crédito fornecido por comissários ou, num período posterior, efetuado pelos bancos, visando ao financiamento da grande lavoura de exportação e o grande comércio.

Sheila Faria, trabalhando com a região de Campos no final do século XVIII, aponta que “a liquidez do mercado regional estava nas mãos de um grupo restrito: usurários e comerciantes de fazendas” e seriam esses atores que financiavam a manutenção e reprodução da lavoura e da indústria ligadas à cana-de-açúcar, além de atividades pecuárias via empréstimos ou investimentos.<sup>25</sup> O crédito aparece aqui como forma de financiamento da

<sup>22</sup> PIRES, Anderson José. **Café, finanças e bancos...** op cit.

<sup>23</sup> ALMICO, Rita de Cássia da S. e BERNARDINO, Maria do Carmo. *BTMM: origem e processo de falência*. Anais da ANPUH/MG, Juiz de Fora. 1994.

<sup>24</sup> PIRES, Anderson José. **Café, finanças e bancos...** op cit. p. 183.

<sup>25</sup> FARIA, Sheila M. **A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial**. (sudeste, século XVIII). Rio de Janeiro: 1994. p. 124-125.

principal atividade econômica, a produção açucareira da Região de Campos. É interessante constatar como esta visão corrobora com a tese de Maria Bárbara Levy, sobre a concentração do crédito no período colonial, nas mãos dos capitalistas e grandes comerciantes.<sup>26</sup>

Renato Leite Marcondes, em estudo sobre a região de Lorena, localizada no Vale do Paraíba paulista, e tendo como tema principal a capacidade de acumulação dos fazendeiros locais para o início do século XIX, buscou compreender as formas de financiamento da lavoura cafeeira. Sobre alguns capitalistas importantes na região ressaltou que:

*o crédito assumiu um papel fundamental na formação da economia cafeeira no Vale do Paraíba durante o século XIX. Tais empréstimos constituíram complemento essencial para os recursos advindos de heranças, dotes, outras atividades e localidades para expansão cafeeira. (...) entretanto, a inexistência de um sistema bancário desenvolvido abriu oportunidades para pessoas com disponibilidade de recursos realizarem esse financiamento.<sup>27</sup>*

Novamente temos o crédito como atividade financiadora da produção para exportação e, concentrado nos indivíduos pertencentes a um grupo restrito no seio dessa sociedade. O autor, ao frisar a importância do crédito, acrescenta a sua análise a ‘arte de acumular’ desses indivíduos:

*A atividade usurária mostrou-se propícia à acumulação extraordinária de riqueza para indivíduos, superando a obtida por meio de comércio exclusivamente e da própria cafeicultura. A ausência de um sistema bancário desenvolvido permitiu aos capitalistas apropriarem-se de uma grande parcela da renda gerada na economia.<sup>28</sup>*

O trabalho de livre-docência de Flávio Saes, publicado sob o título “Crédito e bancos no desenvolvimento da economia paulista 1850/1930” destaca a importância do crédito bancário para o desenvolvimento da região, seja para a cafeicultura – principal produto de exportação naquele momento -, seja para a indústria, incipiente e, ainda, para outras atividades como transportes, comércio, etc.<sup>29</sup> Para esse autor, “o crédito e o sistema bancário podem aparecer como elementos adicionais que reforçam a dominação do capital mercantil na

---

<sup>26</sup> LEVY, Maria Bárbara. **História Financeira do Brasil Colonial**. Rio de Janeiro: IBMEC, 1978.

<sup>27</sup> MARCONDES, Renato L. **A arte de acumular na economia cafeeira: Vale do Paraíba, século XIX**. Lorena: Ed. Stiliano, 1998. p. 37.

<sup>28</sup> Idem, *ibidem*. p. 245.

<sup>29</sup> SAES, Flávio A. M. **Crédito e bancos no desenvolvimento da economia paulista 1850/1930**. São Paulo: IPE/USP, 1986.